

## Classificação arquivística de fotografia: desafios de evidenciar os tipos documentais

Archival classification of photography: challenges of evidencing record type

Bruno Henrique MACHADO\* & Telma Campanha de Carvalho MADIO\*\*

**Resumo:** O texto se propõe a apresentar as dificuldades encontradas no processo de classificação arquivística das fotografias institucionais, consideradas como documentos de arquivo, portanto, sujeito à aplicação dos princípios e normas arquivísticas. O objetivo principal é destacar as dificuldades inerentes a este documento, devido à sua complexidade, sobretudo no que tange à sua compreensão como linguagem. Percebe-se uma total ausência de normalização da classificação das fotografias, levando a um equívoco sobre a origem deste documento, e a sua relação com os demais documentos produzidos institucionalmente. A relevância e a importância dessa discussão são justificadas, em função das lacunas teóricas e práticas em torno deste documento. Não há intenção de encerrar as discussões no campo da arquivologia, porém trazer reflexões que possam contribuir para aprofundar o tema.

**Palavras-chave:** classificação arquivística; fotografia; tipo documental

**Abstract:** The text proposes to present difficulties found in the process of archival classification of institutional photographs, considered as archival documents, therefore, subject to the application of archival principles and standards. The main objective is to highlight the difficulties inherent to this kind of document, due to its complexity, especially in what is concerned to its perception as language. It is noticed a total lack of normalization on photographic classification, leading to a misunderstanding about the origin of this kind of document, and its relationship with other institutional documents. The relevance and importance of this discussion is justified due to theoretical and practical gaps around this document. There is no intention to end discussions in the field of archival science, but bringing reflections that could contribute to the deep the theme

**Keywords:** Archival classification; documentary typology; photography.

### 1 Introdução

A fotografia, como documento, tem possibilitado, desde a sua criação e a disseminação de sua técnica, no final do século XIX, registrar inúmeras manifestações da sociedade. Dessa maneira, proporciona o registro das mais diversas experiências realizadas pela sociedade, incluindo, com especial ênfase, o processo de registro de funções institucionais que, de modo geral, nomeamos de processo sócio documental de produção das fotografias. Esse uso pelas instituições,

---

\* Mestre e aluno de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (UNESP, Marília, Brasil). Trabalha com temas relacionados à fotografia desde sua prática científica. Professor temporário na Universidade Federal do Rio Grande (FURG, Brasil). E-mail: [machadobrunohenrique@gmail.com](mailto:machadobrunohenrique@gmail.com) ; currículo: <http://lattes.cnpq.br/0794574705138174> .

\*\* Doutora em Ciências da Comunicação e especialista em arquivos pela universidade de São Paulo (USP-Brasil). Livre docente em Documento Fotográfico pela UNESP/Marília. Docente da UNESP/Marília, Departamento de Ciência da Informação. Vice-líder do Grupo de Pesquisa Acervos Fotográficos (GPAF/CNPq/Brasil). E-mail: [telmacarvalho@marilia.unesp.br](mailto:telmacarvalho@marilia.unesp.br) ; currículo: <http://lattes.cnpq.br/1139786651111231> .

principalmente com objetivo de controle estatal (incluindo os âmbitos relacionados a sistemas hospitalares, sistema jurídico, segurança social), tinha como característica fundamental servir como fonte de prova, conforme descrito por Tagg (2005). Decorrente dessa perspectiva, Kossoy (2003, p. 25) afirma que a fotografia é uma das invenções que possibilitou a inovação da produção da informação e do conhecimento, pois constitui um “instrumento de apoio à pesquisa nos diferentes campos da ciência e, também, como forma de expressão artística”. A fotografia não foi apenas uma criação do século XIX, com ela ocorreu a satisfação de expectativas milenares da humanidade, pois com sua existência passou a realizar a representação mais fiel e perfeita da natureza, conforme postula Salles (2016). Afirmção semelhante já havia sido realizada por Benjamin, ao dizer que “pela primeira vez no processo de reprodução da imagem, a mão foi liberada das responsabilidades artísticas mais importantes, que agora cabiam unicamente ao olho.” (Benjamin, 1987, p. 167). Assim, os olhos apreendem mais depressa do que mão desenha, a fotografia possibilitou a ampla reprodutibilidade das imagens.

As fotografias são custodiadas e tratadas em várias instituições de cunho informacional, entre elas arquivos, bibliotecas e museus. Em cada instituição de custódia é aplicado um método característico de organização com o objetivo de potencializar o acesso a esses documentos, pois, conforme afirma Sontag (2004, p. 13), “coleccionar fotos é coleccionar o mundo.” Acreditamos que a perspectiva de organização das fotografias nos arquivos, sem a adoção de seus princípios característicos seja justificada pela incessante e rotineira prática da aplicação das funções arquivísticas apenas para documentos textuais, uma vez que a inserção da fotografia no quadro de documentos considerados arquivísticos é relativamente recente, enquanto que as funções arquivísticas basilares já estavam consolidadas desde longa data para os documentos textuais.

Diante desses fatores, o texto procura apresentar as primeiras impressões obtidas acerca da classificação arquivística para as fotografias produzidas institucionalmente. Aponta e questiona a ausência de parâmetros de classificação arquivística para com os documentos fotográficos nas instituições, o que pode acarretar a não compreensão da origem desses documentos arquivísticos, culminando em uma classificação que corrobora a ruptura da organicidade com os demais documentos de arquivo produzidos institucionalmente.

## **2 A fotografia institucional: a evidenciação dos contextos na rotina de trabalho**

As fotografias institucionais não necessitam de tratamento arquivístico diferenciado no que tange à gestão de documentos, no entanto, não é necessariamente o que ocorre nas instituições. As imagens fotográficas, com seu potencial representativo, aguçam os significados subjetivos do profissional que irá propor uma organização fundamentada nos elementos visíveis da imagem. Destacamos e entendemos que, o

arquivista deve ter equilíbrio ao abordar os conteúdos da imagem, uma vez que uma organização pautada apenas nessa abordagem será genérica e incipiente em termos de requisitos arquivísticos. Importante afirmar que, quando mencionamos fotografias institucionais, nomeamos as fotografias como um documento de arquivo, gerada mediante uma atividade – produto de um processo de trabalho, conforme postulou Thomassem (2006).

Entretanto, a fotografia no domínio da Arquivologia foi apartada pela configuração da sua técnica de registro, ou seja, o formato (maneira de execução do registro), que é o ponto crucial que fez com que a fotografia fosse isolada dos conjuntos documentais das instituições, pela fragilidade e especificidade de seu suporte e formato, enfatizando, assim, a preocupação na conservação e preservação desses documentos ditos não tradicionais, ou de código díspares da linguagem escrita. Sob essa afirmação, no Brasil, Paes (1986) definiu nos estudos nacionais, num primeiro momento, que as fotografias e os arquivos fotográficos deveriam ser considerados “arquivos especiais”, pois, os arquivos especiais são compreendidos como aqueles que têm sob sua guarda documentos em diferentes tipos de suportes (além do papel), e que por esta razão, merecem tratamento diferenciado, não apenas no que se refere ao seu armazenamento, como também, quanto ao registro, à classificação ou processamento, ao acondicionamento, ao controle, à conservação e ao acesso. Tal categorização das fotografias como arquivos especiais também foi definido por Dámian Cervantes (2008) no México, quando propôs uma nomenclatura expressa no seu trabalho os documentos especiais no contexto da arquivística trabalho este que define arquivos especiais como os documentos que apresentam uma linguagem distinta da textual e com suporte diferenciado.

Defendemos que, hoje, a compreensão de “arquivos especiais” deve ser revisada, pois a terminologia “arquivos especiais” não condiz com a realidade da Arquivologia atual, uma vez que a premissa da conservação do suporte foi colocada em segundo plano com o advento das tecnologias de informação no campo da Arquivologia, conforme apontam Herredia Herrera (1993); Schwartz (1995); Lopez (2000); Bushey (2005); Lacerda (2008); Iglésias i Franch (2008); Madio (2012); Albuquerque (2012); Vieira (2014); Machado (2017); Mariz & Cordeiro (2018), entre outros. Nesse sentido, atualmente, com a produção dos documentos arquivísticos em ambiente digital, tem-se como também as *born image digital* (imagens natos digitais), as quais têm posicionado a preocupação na manutenção da autenticidade dos documentos natos digitais e na sua preservação a longo prazo, incluindo as fotografias digitais geradas institucionalmente. Se antes as fotografias eram produzidas e acumulados negativos e ampliações, resultados dos processos físico-químicos, agora, as mesmas são produto de *softwares* e *hardwares*.

Por esse motivo, é importante identificar aspectos e questionamentos relacionados a desmaterialização, compreendida como ausência de uma estrutura física da

imagem, seja em termos morfológicos, relacionados à química, composição, assim como, em termos de fatores de conservação e preservação digital a longo prazo, entre outros (Iglésias I Franch, 2008). Dessa maneira, os documentos arquivísticos nato digitais, sob a olhar da diplomática, são tidos como similares aos produzidos em papel, possuem “forma fixa, conteúdo estável, relação orgânica, contexto identificável, ação e o desenvolvimento de cinco pessoas, autor, redator, destinatário, originador e produtor”, conforme postula Rondinelli (2013, p 235). Porém garantir a manutenção da autenticidade dos documentos natos digitais têm sido um grande desafio, tendo em vista a facilidade de produção e transmissão desses documentos. Iglésias I Franch (2004) menciona os aspectos que os profissionais e as instituições devem levar em consideração ao abordar a fotografia digital no ambiente arquivístico:

A necessidade do conhecimento e compreensão dos aspectos formais e tecnológicos, além dos atributos de ordem social das fotografias digitais [...] A metodologia arquivística e os princípios que devem apresentar uma visão geral que vai além da natureza física e lógica dos documentos produzidos e por fim [...] O problema da preservação a longo prazo, a principal premissa é a obrigação de trabalhar com padrões e formatos não proprietários. [tradução livre].

Delmas (2010) nos diz que o documento arquivístico

é aquele que, quaisquer que sejam sua data, sua forma e seu suporte, que foi naturalmente criado ou recebido por uma pessoa física ou jurídica, pública ou privada, num dado momento, no decorrer e para o exercício de suas atividades habituais (p. 129).

Sobre a definição, o autor procurou explicar que a origem de um documento arquivístico não é determinada pelo seu formato, forma, suporte ou tipo de escrita, código, mas sim por ser um registro da ação institucional determinada. O autor procura reafirmar que o documento arquivístico deve ser complementado pelo caráter de “informação orgânica”. Dessa maneira, segundo ele, “as informações orgânicas, têm uma natureza própria, que não depende do suporte nem da escrita ou da antiguidade” (Delmas, 2010, p. 132).

Cruz Mundet (2001) aponta que as especificidades dos documentos de arquivo são: o caráter seriado, nos quais os documentos são produzidos um a um e com o passar do tempo, constituem séries documentais que são documentos produzidos derivados da mesma atividade; a gênese documental, que se caracteriza como um produto, reflexo das atividades de seu produtor; a exclusividade, que consiste no fato de que a informação contida num documento raramente pode ser encontrada em outro com a mesma extensão e intensidade e, por fim, o inter-relacionamento de um documento de arquivo com outro é dada pelo seu pertencimento a um conjunto e pelas relações estabelecidas entre si.

Portanto, analisando as colocações dos autores, percebe-se que o contexto de produção dos documentos fotográficos é essencial para propiciar aos pesquisadores a compreensão dos motivos que levaram à criação do documento, sendo impossível serem percebidos somente através do conteúdo da imagem. Além disso, com base no contexto de produção, pode-se evitar a atribuição inadequada de prazos de guarda e destinação final, resultantes da identificação equivocada dos documentos. (Lopez & Carvalho, 2013).

No tocante às dificuldades apresentadas para a aplicação do princípio da proveniência, entendido como o refletir o contexto de produção dos documentos na forma de organizá-los, serão expostas possíveis práticas que eventualmente, podem minimizar as lacunas metodológicas decorrentes dessas dificuldades.

Schwartz (1995), a esse respeito, afirma que a diplomática contemporânea, compreendida como a interface metodológica da diplomática com a Arquivologia, é aplicada na busca e manutenção da autenticidade dos documentos digitais e como meio de recuperação do contexto de produção dos documentos a partir de seus tipos. Oferece subsídios para os arquivistas efetuarem um trabalho reflexivo e um quadro metodológico capaz de contextualizar as fotografias com os demais documentos do arquivo, visto que, tradicionalmente, esses documentos são descontextualizados. Para a autora, as fotografias seriam inseridas no conceito de documento arquivo na medida em que possuem uma escritura (realizada pela ótica, ao registrar a imagem, e ampliada pela química), sobre um suporte, que as vinculam a uma evidência (apresentada na visão documental e não pela veracidade do conteúdo visual), que, de forma alguma, se materializa em imagem isolada, mas sempre em séries fotográficas, reafirmando o caráter serial dos arquivos institucionais. Assim, o caráter de autoridade, autenticidade e fidedignidade, para a autora, estão relacionados ao contexto funcional; ou seja, ao momento de criação e seu processo de evidenciação, mister para a compreensão e constituição de séries documentais que resultam da organização. Deste modo, a diplomática contemporânea pode ser um método útil à compreensão das fotografias no contexto funcional administrativo (Schwartz, 1995). Diante desse panorama, as fotografias institucionais devem, quando organizadas, revelar contextos, como contexto de produção e contextos de uso.

Para exemplificar, pensamos em uma situação hipotética onde uma assessoria de imprensa solicita a cobertura da inauguração de um prédio público (contexto administrativo), o fotógrafo ao realizar o registro cumpre a primeira atividade (cobertura da inauguração) que está intimamente ligada a competência da assessoria de imprensa (contexto de produção – origem), essas fotografias ao serem recebidas pela instituição deverão receber tratamento arquivístico (classificação, avaliação, descrição). Posteriormente, a instituição, escolhe as melhores fotografias para publicar no jornal ou em qualquer outro veículo, e ao realizar essas ações, inicia-se uma nova atividade (de publicação) ou seja, um novo (contexto de produção),

em ambas as situações estão providas do contexto de proveniência (origem). Por isso, é fundamental esclarecer e compreender as informações sobre a produção das fotografias, interpretá-las, esclarecer as intenções do fotógrafo, dos equipamentos, e até mesmo a função do conteúdo da imagem. Isto posto, as fotografias geradas institucionalmente ou recebidos a partir de uma atividade institucional é passível de acumulação para fins probatórios e de informação, que pressupõe um conjunto documental orgânico independente do suporte analógico ou digital.

### **3 Pensar a classificação arquivística de fotografias institucionais**

As funções arquivísticas são compreendidas dentro do espectro que contemplam a produção/criação, classificação avaliação/seleção, conservação descrição e difusão, conforme apresentadas por Rousseau e Couture (1998). A classificação arquivística é compreendida como função matricial, conforme postulado por Sousa (2003), pois é concebida como norteadora para as demais funções arquivísticas, dentre elas a avaliação. Nesse contexto, Lopes (1997) defende a ideia de que a classificação arquivística produz a possibilidade de uma avaliação profunda, que alcança os objetivos estratégicos da instituição e que sejam mantidas as informações necessárias e que se descarte o supérfluo. Dessa maneira, “a classificação espelha a vida das organizações, seja uma virtualidade das estruturas, das funções e, sobretudo, das atividades desenvolvidas.” (Lopes, 1997, pp. 95-96). Entende-se, portanto, que a classificação é fundamental para representar as cadeias hierárquicas da instituição, bem como representar a entidade produtora do fundo documental, sendo este definido como “unidade constituída pelo conjunto de documentos acumulados por uma entidade que, no arquivo permanente, passa a conviver com arquivos de outras” (Camargo & Bellotto, 1996, p. 40).

Camargo & Goulart (2007), ao argumentarem sobre a classificação arquivística, apresentam duas configurações, sendo elas a lógica e a material, a primeira de configuração lógica, determina o modo que os documentos arquivísticos devem ser classificados de forma a preservar sua organicidade, ou melhor, a classificação deve possuir a capacidade de refletir as funções e atividades que deram origem ao documento arquivístico, e que justifica sua presença no arquivo. Nesse aspecto, “a classificação recai sobre as unidades de descrição, ou seja, sobre os documentos” (Camargo & Goulart, 2007, p. 59). Já a configuração material, dispõe sobre os modos de arquivamento e ordenação originais dos documentos arquivísticos.

A classificação arquivística deve contemplar fundamentalmente as competências, funções e atividades da instituição, e o instrumento que materializa todos esses emaranhados de informações é o plano de classificação, pois nele é “possível reconstituir as relações de trabalho e seus registros decorrentes, assim como a opção pela perpetuação da informação diante da memória institucional, resguardando direitos legalmente consolidados” (Troitiño, 2016, p. 10). Fator recorrente nos planos de classificação em relação à fotografia é a nomeação “registro fotográfico”, além

das classificações por assuntos nomeados pela própria instituição que são insuficientes para a compreensão da atividade que gerou este registro, opondo-se ao objetivo do plano de classificação que tem por premissa apresentar as relações de trabalho executadas e seus documentos. O termo “registro fotográfico” apresentado nos planos de classificação não contemplam o porquê da sua criação, e coloca todos os documentos fotográficos numa mesma categoria, sem precisar funções e o tipo documental, definido como “configuração que assume a espécie documental, de acordo com a atividade que a gerou” (Camargo & Bellotto, 1996, p. 74). Dessa maneira, nota-se que a Arquivologia, como campo teórico, ainda carece de aprofundamento sobre a compreensão desses documentos, para além da técnica de registro. Uma das novas perspectivas pode advir da compreensão dessa linguagem visual, que é materializada em um determinado contexto de produção específico, E faz com que seja necessário correlações entre o universo dos documentos textuais e das fotografias.

A compreensão da linguagem fotográfica — e do contexto de produção desse documento — é fundamental para uma classificação arquivística que contemple as atividades que o gerou. A recorrente utilização dos termos registro fotográfico nos planos de classificação, não respeita a série documental, entendida como “sequência de unidades de um mesmo tipo documental” (Camargo & Bellotto, 1996, p. 69), e ocorre pela ausência de aprofundamento dos estudos sobre a espécie fotográfica, uma vez que cada documento fotográfico tem uma forma, no mesmo sentido, de um formulário a ser preenchido pela atividade, conforme afirmou Bellotto (2008). Por exemplo, um retrato fotográfico tem uma forma e uma função dentro das instituições, assim como uma fotografia panorâmica tem outras; da mesma maneira, que uma fotografia forense possui as codificações e especificidade para ser prova em uma investigação de um crime, entre outros exemplos. Cabe aos profissionais que atuam nas instituições a compreensão dessa linguagem, bem como o modo como são processados os mecanismos de produção do documento. Bellotto (2008) menciona, no universo textual, embora passível de ser estendido às fotografias, que:

A estrutura corresponde a todo o substrato necessário à elaboração do documento, seja nos aspectos mais materiais, seja nos aspectos menos palpáveis [...] A substância é sua essência, a razão de existir do documento, o conteúdo que o tornará único no seu contexto de produção e utilização [...] a relação suporte —informação necessita do elemento intermediário: em primeiro lugar, a espécie, que é o veículo redacional, adequado e redigido [...], em segundo lugar o tipo, isto é, a espécie, “carregada” da função que lhe cabe. (p. 22)

A Diplomática, entendida como uma ciência “desenvolvida nos séculos XVII e XVIII para provar a autenticidade e, indiretamente, a confiabilidade de documentos de arquivo com vistas a estabelecer a existência dos direitos patrimoniais da Igreja” (Rogers, 2016. p. 20), pode auxiliar na identificação e nomeação desse tipo documental, não no sentido da crítica diplomática aplicada para documentos de

gênero textual, mas sim ao analisar os elementos internos e externos do documento enquanto dispositivo, uma vez que ele está em um contexto específico de produção e utilização e é parte de iniciativa administrativa. Nesse aspecto, Bruno Delmas (2015) menciona a dificuldade em nomear os documentos produzidos em novos suportes e díspares linguagens. Pois, muitas vezes o processo da técnica de registro é utilizado para que se nomeie o documento, mas ao pensar na Diplomática, esse procedimento de atribuir nomes não deveria apenas limitar-se à forma de transmissão, mas, necessitaria, ao dar os nomes, relacionar o documento ao contexto em que está inserido. Para esse arquivista francês,

[...] para ser científica, a definição diplomática de um documento contemporâneo não pode, na maior parte dos casos, limitar-se a uma única palavra. Ela precisará ser uma expressão que concilie o estatuto jurídico, a função a ação/atividade e, muitas vezes, a natureza do suporte. (Delmas, 2015, p. 40).

Um trabalho de relevância a respeito foi realizado por Ana Maria Camargo e Silvana Goulart, no qual as autoras procuram caracterizar as espécies e tipos documentais. As autoras se utilizaram de um "recurso da própria língua, a transferência de sentido que, por efeito metonímico, nomeia da mesma maneira o ato e o seu registro, independente de gênero e suporte" (Camargo & Goulart, 2007, p. 68). Para elas, a maior dificuldade refere-se à técnica fotográfica, limitada a poucas espécies e que dependem de outras espécies documentais. As autoras exemplificam duas situações que envolvem a nomeação de documentos, por exemplo: "aula" e "entrevista". Utilizando-se da metonímia, para nomear os documentos resultantes do registro da situação "aula" e da situação "entrevista", às autoras acoplam duas espécies documentais para nomeá-las: "reportagem" e "aula", para a nomeação da situação "aula", e "reportagem" e "entrevista", para a situação "entrevista". O resultado da nomeação seria reportagem fotográfica de aula e reportagem fotográfica de entrevista (Camargo & Goulart, 2007). Compreende-se assim que a reportagem fotográfica como "conjunto de imagens fotográficas produzidas na cobertura de um evento" (Camargo & Goulart, 2007, p. 226).

Já Lacerda (2008) aponta que as fotografias produzidas institucionalmente não possuem padrões preestabelecidos como os de gêneros textuais, essa situação causa confusões e propostas que na maioria das vezes não se fundamentam nas funções e atividades administrativas. Assim, percebe-se que não há consenso em relação aos documentos fotográficos sobre a definição do tipo documental a constar nos planos de classificação.

#### **4 Considerações Finais**

Ao pensarmos, seguindo a abordagem de Camargo e Goulart (2007) podemos, em hipótese, mencionar que o documento produzido pela atividade de produção de registros de imagem pode ser nomeado como: "reportagem fotográfica de



administração”; “reportagem fotográfica de ensino”; “reportagem fotográfica de pesquisa”; “reportagem fotográfica de extensão”; pois essas informações são passíveis de compreensão pelos temas das pautas e pelo contexto de criação desses documentos. Entretanto, acreditamos que nem todas as fotografias institucionais são produzidas para fins de publicação ou para cobrir um evento. Assim, é preciso um estudo sobre a origem e a competência dessa produção, não apenas no mapeamento da produção; também se faz necessário compreender a lógica administrativa da burocracia antes mesmo da materialização do registro, no caso a fotografia.

Ao concluirmos, são lançados alguns apontamentos que fazem com que a Arquivologia se debruce sobre a falta da normatização da espécie fotográfica, visto que notamos a ausência de questionamentos a respeito dessa problemática. Assim, justifica-se o estudo da linguagem fotográfica, pois somente com esse arcabouço conseguiremos compreender a lógica da construção desse documento para que assim, seja possível a nomeação do tipo documental, utilizando os atributos da diplomática em seu benefício.

## Referências

- Albuquerque, A. (2012). *A classificação de documentos fotográficos: um estudo em arquivos, bibliotecas e museus* (tese de doutorado). Recuperado de <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/103378>
- Bellotto, H. (2008). *Diplomática e tipologia documental em arquivos*. Brasília: Briquet de Lemos
- Benjamin, W. (1987). A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica. In *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura* (pp. 167-196) São Paulo: Brasiliense.
- Bushey, J. (2005). *Born digital images as reliable and authentic records*. (master's degree dissertation). Vancouver: UBC. Retrieved from <https://docplayer.net/18225028-Born-digital-images-as-reliable-and-authentic-records-jessica-elaine-bushey-b-a-the-university-of-british-columbia-1992.html>
- Camargo, A. & Bellotto, H. (1996). *Dicionário de terminologia arquivística*. São Paulo: AAB-SP/SEC.
- Camargo, A. & Goulart, S. (2007). *Tempo e circunstância: a abordagem contextual dos arquivos pessoais: procedimentos metodológicos adotados na organização dos documentos de Fernando Henrique Cardoso*. São Paulo: IFHC.
- Cruz Mundet, J. (2001). *Manual de arquivística*. Madrid: FGSR.
- Dámian Cervantes, G. (2008). *Los documentos especiales en el contexto de la Archivística* (tesina de grado). Recuperado de <https://www.bibliopos.es/los-documentos-especiales-en-el-contexto-de-la-archivistica/>

- Delmas, B. (2010). *Arquivos para quê? textos escolhidos*. São Paulo: IFHC.
- Delmas, B. (2015). Por uma Diplomática contemporânea: novas aproximações. In *Dar nome aos documentos: da teoria à prática* (pp. 31-56). São Paulo: IFHC. Recuperado de [https://fundacaofhc.org.br/files/dar\\_nome\\_aos%20documentos.pdf](https://fundacaofhc.org.br/files/dar_nome_aos%20documentos.pdf)
- Heredia Herrera, A. *Archivística general: teoría y práctica*. Sevilla: Diputación Provincial.
- Iglésias I Franch, D. (2004). La gestión de la imagen digital. *Hipertext.net*, (2). Recuperado de [https://www.upf.edu/hipertextnet/numero-2/imagen\\_digital.html](https://www.upf.edu/hipertextnet/numero-2/imagen_digital.html)
- Iglésias I Franch, D. (2008). *La fotografía digital en los archivos: que es y cómo se trata*. Gijón: Trea.
- Kossoy, B. (2003). *Realidades e ficções na trama fotográfica*. Cotia: Ateliê.
- Lacerda, A. (2008). *A fotografia nos arquivos: a produção dos documentos fotográficos na Fundação Rockefeller durante o combate à febre amarela no Brasil*. (tese de doutorado). Recuperado de [https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-11092008-145559/publico/TESE\\_ALINE\\_LOPES\\_DE\\_LACERDA.pdf](https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-11092008-145559/publico/TESE_ALINE_LOPES_DE_LACERDA.pdf)
- Lopes, L. (1997). *A gestão da informação: as organizações, os arquivos e a informática aplicada*. Rio de Janeiro: APERJ.
- Lopez, A. (2000). *As razões e os sentidos: finalidades da produção documental e interpretação de conteúdos na organização arquivística de documentos imagéticos*. (tese de doutorado). Recuperado de <http://eprints.rclis.org/12862/> .
- Lopez, A. & Carvalho, P. (2013). A classificação arquivística por assunto em documentos fotográficos: o exemplo do Arquivo Público do Distrito Federal. *Perspectivas em Gestão & Conhecimento* 3, (2), 271-279. Recuperado de <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/pgc/article/view/17470/10010>
- Machado, B. (2017). *Dos devaneios visuais à gênese documental: o estudo da produção dos documentos fotográficos da assessoria de comunicação e imprensa da Unesp*. (dissertação de mestrado). Recuperado de [https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/150829/machado\\_bh\\_me\\_mar.pdf?sequence=3&isAllowed=y](https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/150829/machado_bh_me_mar.pdf?sequence=3&isAllowed=y)
- Madio, T. (2012). Uma discussão dos documentos fotográficos em ambiente de arquivo. In. M. Valentim. (Ed.). *Estudos avançados em arquivologia*. São Paulo: Cultura Acadêmica. Recuperado de [https://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/estudos\\_avancados\\_arquivologia.pdf](https://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/estudos_avancados_arquivologia.pdf)
- Mariz, A. & Cordeiro, R. (2018). *A importância do contexto para as fotografias de arquivos: uma análise de literatura*. Comunicação apresentada no XIX Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB). Recuperado de <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/103030>
- Paes. M. (1986). *Arquivo: teoria e prática*. Rio de Janeiro: FGV.

- Rondinelli, R. (2013). *O documento arquivístico ante a realidade digital: uma revisão conceitual necessária*. Rio de Janeiro: FGV.
- Rogers, C. (2016). A literature review of authenticity of records in digital systems from 'machine-readable' to records in the cloud. *Acervo*, 29 (2), 16-44. Recuperado de <http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/download/715/742>
- Rousseau, J.-Y. & Couture, C. (1998). *Os fundamentos da disciplina arquivística*. Lisboa: Dom Quixote.
- Salles, F. (2016). *A ideia-imagem: forma e representação na fotografia moderna*. Curitiba: Appris.
- Sontag, S. (2004). *Sobre fotografia*. São Paulo: Cia. das Letras.
- Sousa, R. (2003). Os princípios arquivísticos e o conceito de classificação. In G. Rodrigues & M. Lopes. (Eds.). *Organização e representação do conhecimento na perspectiva da Ciência da Informação* (pp .240-269). Brasília: Thesaurus. Recuperado de <https://core.ac.uk/download/pdf/33529652.pdf>
- Schwartz, J. (1995). We make our tolls and our tools make us. Lessons from photography for the practice, politics, and poetics of diplomatics. *Archivaria*, (40), 40-74. Retrieved from <https://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/12096/13083>
- Tagg, J. (2005). *El peso de la representación: ensayos sobre fotografías e historias*. Barcelona: Gustavo Gilli.
- Thomassem, T. (2006). Uma primeira introdução à Arquivologia. *Arquivo & Administração* 5, (1), 6-16. Recuperado de <https://www.brapci.inf.br/index.php/article/download/62331>
- Troitiño, S. (2016). *Plano de classificação e tabela de temporalidade de documentos da Unesp: atividade-meio*. São Paulo: Cultura Acadêmica. Recuperado de [https://www2.unesp.br/Home/gabinete\\_ses/plano\\_de\\_classificacao\\_tabela\\_de\\_temporalidade\\_unesp.pdf](https://www2.unesp.br/Home/gabinete_ses/plano_de_classificacao_tabela_de_temporalidade_unesp.pdf) .
- Vieira, T. (2014). *Os documentos especiais à luz da Arquivologia contemporânea: uma análise a partir das instituições arquivísticas públicas da Cidade do Rio de Janeiro*. (dissertação de mestrado). Recuperado de [http://www.unirio.br/ppgarg/tccs/turma-2012/vieira-thiago-de-oliveira-os-documentos-especiais-a-luz-da-arquivologia-contemporanea-uma-analise-a-partir-das-instituicoes-arquivisticas-publicas-da-cidade-do-rio-de-janeiro/at\\_download/file](http://www.unirio.br/ppgarg/tccs/turma-2012/vieira-thiago-de-oliveira-os-documentos-especiais-a-luz-da-arquivologia-contemporanea-uma-analise-a-partir-das-instituicoes-arquivisticas-publicas-da-cidade-do-rio-de-janeiro/at_download/file)

Recebido: 13/novembro/2019; aceito: 11/dezembro/2019